

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MAYRA BRUNA COELHO ARAÚJO

**CONHECIMENTO, GESTÃO E APLICAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO:
UM ESTUDO EM CACOAL/RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
ARTIGO CIENTÍFICO**

Cacoal - RO.
2014

MAYRA BRUNA COELHO ARAÚJO

**CONHECIMENTO, GESTÃO E APLICAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO:
UM ESTUDO EM CACOAL/RO.**

Artigo de conclusão de curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis sob a orientação da Profa. Ms. Ellen Cristina de Matos.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo intitulado “CONHECIMENTO, GESTÃO E APLICAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO: UM ESTUDO EM CACOAL/RO”, elaborado pela acadêmica MAYRA BRUNA COELHO ARAÚJO, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

**Prof^ª. Ms. Ellen Cristina de Matos
Presidente**

**Prof^ª. Dr^ª. Suzenir Sato
Membro**

**Prof^º. Ms. Evimael Alves Teixeira
Membro**

Média

**Cacoal – RO
2014**

CONHECIMENTO, GESTÃO E APLICAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO: UM ESTUDO EM CACOAL/RO

Mayra Bruna Coelho Araújo¹

RESUMO

Mediante a problemática de sustentabilidade, da escassez de recursos naturais e outros problemas ambientais tais como desmatamento, queimadas, a utilização de recursos de forma não sustentável, torna-se dever do Estado à busca pela preservação do meio ambiente conforme expresso no art. 225 da CF/88, cumprindo este dever através de políticas públicas. O ICMS ecológico (repasse do ICMS com base em critérios ambientais, implantado pioneiramente no estado do Paraná) representa uma dessas políticas públicas e esse trabalho objetivou a verificação do conhecimento que o gestor tem sobre o tema pesquisado, bem como a evidência da aplicação deste recurso no município de Cacoal/RO. Realizou-se um estudo, com a aplicação de questionários e a utilização de pesquisa bibliográfica e documental para obtenção das informações necessárias sobre o tema para atender os objetivos propostos nesta pesquisa. Quanto ao atendimento aos objetivos da pesquisa os resultados foram satisfatórios verificando-se que o gestor possui conhecimento sobre o tema e tem preocupação tanto como prefeito, como cidadão com o meio ambiente; observa-se ainda que a aplicação do recurso é voltada para o meio ambiente através de atividades como coleta seletiva, desassoreamento dos rios, ações de saneamento básico, conscientização da população por meio de palestras, utilização do material reciclado em artesanato, cursos e licenciamentos.

Palavras-chaves: ICMS ecológico. Sustentabilidade. Recurso.

1 INTRODUÇÃO

Com a escassez e o uso inadequado dos recursos naturais tem sido muito discutido as possibilidades de aplicação de meios que viabilizem a utilização dos recursos naturais sem agravar ainda mais os problemas ambientais. É nesse contexto que surge a sustentabilidade. Desde a década de 1980 muitos países, através de suas políticas públicas, buscam alcançar o desenvolvimento econômico de um modo sustentável (BRANCO, 2013).

Sustentabilidade é a utilização dos recursos naturais sem comprometer a sua capacidade no futuro (NASCIMENTO *et al*, 2010). Deve haver um equilíbrio entre o uso adequado dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico, pois economia e meio ambiente estão diretamente ligados e a busca por esse equilíbrio é dever de todos, e o Estado poderá buscar esse equilíbrio por intermédio da tributação ambiental (ROSSI; MARTINEZ; NOSSA, 2011).

Segundo o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

¹ Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles – Orientadora Prof. Ms. Ellen Cristina de Matos.

qualidade de vida, impondo ao poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações”.

O Estado cumpre seu dever de preservar o meio ambiente através de algumas políticas públicas, que “são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania” (Governo do Estado do Paraná - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos hídricos do Paraná). Mediante essa afirmativa, indaga-se “Qual o conhecimento do gestor de Cacoal/RO sobre ICMS ecológico? E como é aplicado esse recurso no município?”

Corroborando com o conceito de políticas públicas, Nadir Júnior (2006, p.70) afirma que políticas públicas “é qualquer coisa que um governo escolhe fazer ou não fazer”. Como exemplo tem-se a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938, que tem como objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental” (art.2º Lei nº 6.938).

Sabe-se que a carga tributária no Brasil é alta e que tributos é a principal fonte de recursos do setor público, a alternativa de amparo e proteção do meio ambiente é fazer do ICMS uma das bases de sustentabilidade, por redistribuir o imposto sem aumentar a carga tributária (HEMPEL, 2013).

Nesse contexto tem-se o ICMS ecológico, que é uma porcentagem do ICMS destinado aos municípios que é repassado com base em quantidades de unidades de conservação. O *site* do ICMS ecológico o conceitua como “critério ou conjunto de critérios ambientais, utilizados para a determinação do quanto cada município vai receber na repartição dos recursos financeiros, arrecadados com o ICMS” (ICMS ecológico). Portanto, não aumenta a carga tributária e funciona como instrumento econômico de compensação fiscal que atende a demandas político-ambientais (NASCIMENTO *et al*, 2010).

Implantado pioneiramente no estado do Paraná, instituído em Rondônia pela Lei Complementar nº 147 de 15 de Janeiro de 1996, regulamentado pelo Decreto nº 9.787 de 2001 que foi revogado pelo artigo 26 do Decreto nº 11.908 de 12 de Dezembro de 2005.

O objetivo dessa pesquisa é a verificação do conhecimento do gestor da administração pública do município de Cacoal/RO sobre ICMS ecológico, bem como a verificação do repasse do recurso de ICMS ecológico para o município em estudo, a identificação do índice de distribuição de acordo com o IPM, e evidencição da aplicação do recurso no município pesquisado.

O tema abordado na pesquisa assume papel importante para o gestor da administração pública do município pesquisado, para acadêmicos e pesquisadores da área contábil, e para a sociedade e demais organizações em geral, o assunto ICMS ecológico ainda não foi explorado de forma exaustiva, sendo este fonte de recurso importante para os municípios em desenvolvimento, além de promover a consciência ambiental dos cidadãos, a reparação e preservação do meio ambiente.

Em termos metodológicos o levantamento de dados foi feito por meio de estudo empírico, através da aplicação de questionário elaborado, o município pesquisado foi Cacoal/RO, proporcionando maiores informações sobre o tema através da pesquisa bibliográfica, registrando e descrevendo a realidade encontrada e buscando explicar as causas desse fenômeno ICMS ecológico, em aspectos como conceituação, legislação, benefícios e aplicação do recurso no município pesquisado e por meio de pesquisa documental, com a obtenção de balancetes do recurso repassado para análise.

Foram abordados no decorrer da pesquisa os seguintes tópicos para o entendimento do tema principal, sendo eles: os tributos ambientais, o princípio do poluidor pagador, o princípio do protetor-recebedor, conceito de ICMS, histórico e legislação do ICMS ecológico e definições de unidades de conservação, no final da pesquisa os resultados foram apresentados e analisados. Obtendo como resultados que o gestor possui conhecimento sobre o tema pesquisado, e procura manter uma participação bem direta na gestão ambiental, sendo o ICMS ecológico integralmente repassado a Secretária Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) para a execução de atividades que busquem a preservação do meio ambiente e/ou a sua reparação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa abordou sobre conceitos a cerca de tributação ambiental, princípio do poluidor-pagador e protetor-recebedor, ICMS e ICMS ecológico em Rondônia, o índice de participação dos municípios (IPM), a aplicação do recurso em outros estados/municípios, Unidades de Conservação e a verificação do conhecimento do gestor da administração pública do município de Cacoal/RO através de questionário aplicado e como é feito a aplicação do recurso no município com base em análise de balancetes fornecidos.

2.1 TRIBUTOS AMBIENTAIS

A tributação ambiental não cria uma nova espécie de tributo, mas é uma reordenação do sistema tributário com foco na sustentabilidade ambiental. Utilizando-se de tributos já existentes para a proteção ambiental, como exemplo que já vem ocorrendo com o IPTU, IPVA, ICMS (CAVALCANTE, 2012). Possuem a finalidade de destinar a sua arrecadação à proteção do meio ambiente, seja por arcar com medidas preventivas, seja para o reparo de danos ambientais já causados; buscando diminuir a produção e o consumo de bens danosos ao meio ambiente e evitar o dano ao invés de repará-lo (COSTA, 2005).

A tributação ambiental pode produzir seus efeitos por intermédio dos tributos, incentivos e benefícios fiscais, isenções, obrigações acessórias, ou seja, de todos os meios fiscais que sejam capazes de induzir a restauração dos danos ambientais e redistribuição dos custos ambientais (CAVALCANTE, 2012).

A inserção de critérios ambientais no sistema tributário nacional que vem ocorrendo há algum tempo, fazem parte dos instrumentos econômicos de política ambiental que é necessária por causa da limitação dos instrumentos tradicionais de comando e controle que aplicam o princípio do poluidor-pagador, cada vez mais este tem dado lugar ao princípio do protetor-recebedor (SOUSA; NAKAJIMA; OLIVEIRA, 2011). Assim: “A tributação ambiental, na qualidade de instrumento de concretização do princípio do poluidor-pagador, onera os “agentes econômicos” responsáveis pelas externalidades negativas” (AYDOS, 2010, p.101).

Cavalcante (2012) afirma que a ligação entre tributação e sustentabilidade não pode ocorrer de forma apenas onerosa, ou seja, com o pagamento de tributos. É mais eficaz adotar incentivos fiscais para as empresas que estão investindo em formas de proteger o meio ambiente (conforme prevê o princípio do protetor-recebedor) do que a criação de novos tributos. Segundo Costa (2005, p.03) “os impostos ambientais seriam uma espécie de gravame que se aplica a bens que ao serem produzidos, consumidos ou eliminados provocam poluição, visando assim, modificar o preço relativo dos bens”.

Há uma discussão quanto à caracterização dos tributos ambientais em extrafiscais, uma vez que a qualificação de um tributo é resultante da produção de seus efeitos na proteção ambiental e não apenas o seu fato gerador, ou finalidade no momento da sua concepção. Como exemplo, tem-se o IPVA tributo de função fiscal, porém quando sua alíquota foi reduzida a zero para veículos elétricos com o intuito de reduzir a poluição, instituiu-se sua

natureza extrafiscal, tornando-se também exemplo de tributo ambiental (CAVALCANTE, 2012).

Para Ramalho e Passos (2010, p. 06) a extrafiscalidade para a tutela ambiental se torna útil e interessante, pois premia as posturas ambientalmente corretas por meio de redução de alíquotas, isenções, etc., e possibilita que as falhas de mercado, tais como a sociedade suportando os custos de prevenção e/ou reparação de danos ambientais, sejam corrigidas; portanto, “a extrafiscalidade tributária, pode e deve ser posta a serviço da política ambiental, sendo este o contexto no qual se insere o ICMS ecológico.”

Segundo Nadir Júnior (2006, p. 53) “as finanças públicas, portanto, não são apenas um meio de assegurar a cobertura de suas despesas de administração, mas também constituem um meio de intervir na vida social do Estado”, portanto a função extrafiscal do tributo vai além de arrecadar recursos, mas estimular ou desestimular comportamentos desejados.

Ainda segundo Cavalcante (2012, p. 106) “quanto mais características de proteção ambiental forem identificadas nos tributos, melhor será para a eficácia da utilização destes como instrumentos de indução de comportamentos mais sustentáveis.” Não se pode restringir a proteção ambiental a uma única espécie de tributo, pois pode ser fomentada por qualquer espécie tributária, mesmo que essa não seja a finalidade precípua de origem. Deve ser feita uma readequação do sistema tributário nacional, o qual irá “considerar o meio ambiente como diretriz necessária”.

Para Ribeiro (2003, p.05) qualquer imposto que exista ou que venha a ser criado pode ter função de proteção ambiental e “somente assim poderá se consolidar um sistema tributário que favoreça o desenvolvimento sustentável em escala global e local.” Com relação aos tributos ambientais, Nadir Junior (2006, p.54) afirma que eles “podem tanto servir para coibir comportamentos lesivos ao meio ambiente, como também para estimular, com incentivos fiscais ou isenções, condutas empresariais ou individuais ambientalmente corretas, que visem a não degradar o meio”.

2.2 PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR

Esse princípio está imposto no art. 4º, VII da lei nº 6.938/81 dispõe que “à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados.” Nesse mesmo sentido, Colombo (2004) afirma que o princípio do poluidor-pagador é um instrumento econômico e ambiental que exige do responsável pelo dano causado, que ele

arque com todos os custos necessários para a prevenção ou eliminação dos danos ambientais. Ainda segundo Casa, Zanini e Vasconcellos (2012, p. 289) o princípio do poluidor “segue a premissa de que o poluidor deve assumir a responsabilidade com as despesas de prevenção, reparação e mitigação do bem lesado.”

A aplicação desse princípio não visa permitir a poluição e nem significa pagar para poluir, mas busca a reparação econômica a um dano ambiental que não foi possível de ser evitado, também engloba custos para a precaução e a prevenção de danos ambientais (COLOMBO, 2004). Conforme afirma Fiorillo (2011, p. 92) “não traz como indicativo “pagar para poder poluir” ou “poluir mediante pagamento”. Casa, Zanini e Vasconcellos (2012) afirmam que esse princípio não pode ser interpretado como uma concessão de permissão para poluir, mas como uma imposição de quem se utilizar dos recursos naturais terá que arcar com os custos de medidas de prevenção à danos ambientais ou os custos com à reparação do bem lesado.

O princípio do poluidor-pagador atua como instrumento de repressão porque inibe a ação lesiva ao meio ambiente através da sua principal finalidade, punição do poluidor, nas esferas civil, penal e administrativa. Além de punir pelos danos causados, ele possibilita o impedimento da continuidade da atividade poluidora. Sua principal finalidade é a prevenção de danos ao meio ambiente, ou seja, evitar a ocorrência de danos ambientais, e quando não for possível evitar o dano, possui a finalidade de reparar o meio ambiente, ou seja, reparação mesmo que não seja total. (COLOMBO, 2004)

A identificação do agente poluidor é muito importante visto que será esse o responsável pela reparação dos danos causados, sendo ele “pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental” (art.3º IV da Lei nº 6.938/81).

No art. 225 da Constituição Federal destaca que é “dever do Poder Público e da coletividade preservar pelo meio ambiente”, portanto, “o poluidor é integrante da coletividade, devendo ser individualizado para responder civilmente pelos danos lesivos que tenha causado ao meio ambiente” (COLOMBO, 2004, p. 28).

Há a identificação de dois tipos de poluidores: direto ou indireto. O poluidor direto é aquele que causou de forma direta a poluição, o responsável pela atividade que causou o dano ao meio ambiente. Já o poluidor indireto, segundo Aragão (1997) *apud* Colombo (2004, p.32) “é aquele que se beneficia da atividade poluente”, seja por consumir o produto fruto dessa atividade, ou criando elementos necessários para que a poluição aconteça, ou permitindo que o bem a ser consumido seja poluente.

Isso estabelece que o consumidor tenha participação na responsabilidade por esses danos já que a atividade poluente produz produtos que certamente terão consumidores, logo são produzidos para atender essa demanda, mas “a responsabilidade do consumidor-poluído ainda carece de um estudo mais aprofundado, para que se possam determinar os contornos da sua obrigação de reparar o bem ambiental lesado, ainda que de forma indireta” (COLOMBO, 2004, p.33).

Mesmo sem saber os consumidores já estão arcando com os custos para reparação dos danos ao meio ambiente, uma vez que os esses custos são alocados no produto final, contrariando a legislação ambiental, a qual impõe ao causador dos danos que suporte todos os custos para a correção, recuperação ou eliminação dos efeitos lesivos ao meio ambiente, e com os custos das despesas indispensáveis para a reparação do dano ao meio ambiente e para a manutenção da qualidade ambiental, e consequentemente com os custos administrativos para a implementação dessas medidas que englobam as fases de planejamento, execução e controle da aplicação das medidas ambientais. A sociedade não pode ser onerada, e não tem a obrigação de arcar com a reparação do bem lesado (COLOMBO, 2004).

Com o que foi exposto, pode-se concluir que esse princípio visa o pagamento dos custos necessários para as medidas de prevenção e precaução à danos ambientais, quando não for possível evitar a ocorrência desses danos, ele visa o pagamento dos custos necessário para a reparação ou eliminação, total ou parcial, do dano.

2.3 PRINCÍPIO DO PROTETOR-RECEBEDOR

Surge como marco inovador, visando à economia ecológica e a democratização ambiental pela busca da interdependência entre economia e ecologia possibilitando a justiça ambiental. Complementa o princípio poluidor-pagador, pois determina que pessoas, físicas ou jurídicas, que buscam a preservação ambiental, sejam recompensadas, recebendo algum benefício (SILVA; SILVEIRA, 2012).

Uma política ambiental visa à manutenção da qualidade ambiental, porém traz efeitos que não são positivos, como exemplo o desemprego, o aumento de preços dos produtos. Procurando reduzir os efeitos negativos do princípio poluidor-pagador, as injustiças e desigualdades e buscando construir um ambiente humano mais solidário têm-se então o princípio do Protetor-Recebido, no qual aquele agente público ou privado que protege um

bem natural em benefício da sociedade deve receber uma compensação financeira como um incentivo por estar protegendo o meio ambiente. (RIBEIRO, 2003)

O princípio do protetor-recebedor é o inverso do princípio do pagador-poluidor, pois recompensa financeiramente aquele que deixou de onerar o meio ambiente em benefício da coletividade. “ao invés de imputar-lhe o ônus de responsabilidade àquele que polui para exercer sua atividade, remunera-se a quem deixou de explorar tal recurso natural a seu alcance, ou tenha promovido atividade a seu favor com o mesmo propósito” (SILVA; SILVEIRA, 2012, p. 13).

Segundo Camerini (2009) *apud* Silva e Silveira (2012, p.82) “o princípio do poluidor-pagador parte de uma perspectiva econômica, o princípio do protetor-recebedor possui sua lógica fundada em alicerces ecológicos.” Ambos, fazem a ligação entre economia e ecologia, porém de formas diferentes, um busca punir e o outro compensar.

O princípio protetor-recebedor “incentiva economicamente quem protege uma área, deixando de utilizar seus recursos, estimulando assim a preservação. Trata-se de um fundamento da ação ambiental que pode ser considerado o avesso do já citado princípio poluidor-pagador” (RIBEIRO, 2003, p.01). É nesse sentido que o ICMS ecológico, objeto desta pesquisa, atua, “o princípio fundamental que norteia o ICMS ecológico é o protetor-recebedor, originário do princípio da precaução (SOUSA; NAKAJIMA; OLIVEIRA, 2011).

Segundo Ribeiro (1999) *apud* Sousa, Nakajima e Oliveira (2011, p.29) “o princípio protetor-recebedor postula que o agente público ou privado que protege um bem natural em benefício da comunidade deve receber uma compensação financeira como incentivo pelo serviço de proteção ambiental prestado.”

A ideia é que o princípio protetor-recebedor seja mais benéfico, pois além de aumentar a receita dos municípios, proporciona a preservação do meio ambiente e evita que o consumidor acabe pagando pelos custos que o poluidor-pagador tenha que “arcar” na teoria. Para Ribeiro (2009, p.01) “a prática desse princípio estimula a preservação e incentiva economicamente quem protege uma área, ao deixar de utilizar os recursos de que poderia dispor”.

Outra questão importante, é que esse recurso se torna importante para municípios carentes de infra-estrutura, que estão mais dispostos a receber do que pagar, e poderão utilizar os recursos recebidos em decorrência da proteção ambiental para resolver problemas de saneamento básico, saúde, educação, etc. Segundo Ramalho e Passos (2010, p. 13) “os municípios beneficiados com o ICMS ecológico são, justamente, aqueles mais pobres, que em

função do baixo grau de atividade econômica em seus territórios, tem maiores áreas passíveis de conservação.”

2.4 ICMS

É um imposto estadual, seu principal objetivo é a arrecadação e seu fato gerador é a circulação de mercadoria, podendo incidir também sobre serviços (comunicação, transporte inter-estadual e inter-municipal) e importação e outros serviços (acompanhados de mercadorias). É um imposto não cumulativo, permite à compensação de créditos e débitos e o seu lançamento é feito por homologação (GOMES, 2013). Segundo Nadir Júnior (2006) o ICMS representa grande parte da receita tributária auferida pelos Estados, e é importante fonte de renda para os municípios.

Conforme a CF (1988): “O ICMS é um imposto que incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações se iniciem no exterior”; determinando que, da arrecadação do ICMS, 75% seja destinado ao Estado, para a sua manutenção e investimentos, e 25% seja distribuído aos Municípios. (CF, Art.158 IV). Porém, cada Estado determina qual o critério de distribuição dos 25% dos recursos que devem ser repassados aos Municípios. (LEONARDO; OLIVEIRA, 2007).

2.5 ICMS ECOLÓGICO EM RONDÔNIA

O ICMS ecológico não se trata da criação de um novo tributo, nem o aumento da alíquota existente do ICMS, mas sim o repasse da cota-parte do referido imposto para os municípios com base em critérios ambientais (PFITSCHER; ROSSATO; UHLMANN, 2010). Para Ramalho e Passos (2010) o ICMS ecológico trata-se da denominação para qualquer sistema normativo que fixe o percentual que cada município tem direito a receber da repartição de receitas originárias do ICMS segundo critérios de caráter ambiental.

Corroborando ainda com a conceituação de ICMS ecológico, para Nadir Júnior (2006) é a parcela resultante da divisão do ICMS, que destina aos municípios um valor redistribuído

proporcional ao seu compromisso ambiental, o percentual sobre a arrecadação total varia de acordo com a legislação estadual.

Segundo Nascimento *et al* (2010) o ICMS ecológico não aumenta a carga tributária, pois se trata de um remanejamento da receita tributária com critério de proteção ambiental de cada município, e é um instrumento econômico de compensação fiscal. “ICMS ecológico não é uma nova modalidade de tributo, mas sim um novo método de distribuição da receita gerada pelo estado (LEONARDO; OLIVEIRA, 2007, p. 44). Nesse mesmo sentido Loureiro (2013) afirma que o ICMS ecológico “não se trata de um tributo novo, de mais uma retirada do bolso do contribuinte, mas da definição da forma pela forma de como será distribuído e gasto pelos municípios.”

Tem o objetivo de remunerar ou compensar financeiramente os municípios onde existam restrições de uso do solo de parte de seu território (SOUSA; NAKAJIMA; OLIVEIRA, 2011). Segundo Leonardo e Oliveira (2007, p.43) o ICMS ecológico compensa os municípios que tem a impossibilidade de gerar receitas devido à existência de áreas destinadas à unidade de conservação ou proteção ambiental, e é o resultado de uma política ambiental que busca “proporcionar maior investimento e incentivo na preservação do meio ambiente”.

O primeiro estado a adotar critérios ambientais no repasse do ICMS foi o Paraná em 1991, devido à mobilização de vários municípios que se sentiam lesados por terem parte de seu território restrito à exploração econômica (BRANCO; SILVA JÚNIOR, 2013). Leonardo e Oliveira (2007) afirmam que quando o município cede parte de seu território para serem unidades de conservação, ele está automaticamente deixando de produzir bens de mercado e consequentemente deixando de gerar riquezas na forma de tributos.

Segundo Nossa, Martinez e Rossi (2011) o ICMS ecológico compensa os municípios pela perda de recursos tributários decorrente de grandes extensões de áreas preservadas, além de visar pelo equilíbrio do meio ambiente com o desenvolvimento econômico.

O ICMS ecológico possui duas finalidades principais, a primeira é compensatória, pois se propõe estabelecer o equilíbrio econômico dos municípios dentro do estado, remunerando os que possuem restrições de uso de seu território em virtude da preservação ambiental. E a segunda finalidade é a indutiva, induz os municípios a formularem e aplicarem programação de conservação ambiental, implantação de unidades de conservação, incentivo ao desenvolvimento sustentável, e outros indicadores sociais (RAMALHO; PASSOS, 2010).

Segundo Pfitscher, Rossato e Uhlmann (2010) os principais benefícios da implantação do ICMS ecológico são: aumento e evolução das unidades de conservação, reforço da

capacidade financeira dos municípios, melhoria na qualidade de vida da população. Nadir Júnior (2006) aponta alguns aspectos que são beneficiados com a implantação do ICMS ecológico, como: incentivo à recuperação e à preservação ambiental, criação e manutenção de unidades de conservação, ações de saneamento básico, manutenção de mananciais de abastecimento público de água, apoio às comunidades indígenas, etc. Conclui que são ações que proporcionam uma melhoria na qualidade de vida e que promove o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável.

Foi implantado em Rondônia em 1996 sendo, portanto o 4º Estado a criar o ICMS ecológico, regulamentado pela Lei Complementar nº 147, de 15 de Janeiro de 1996, e pelo Decreto nº 11.908, de 12 de Dezembro de 2005. Nasceu devido à grande extensão territorial das unidades de conservação que totalizam aproximadamente 30% da área total do Estado, possui caráter marcadamente compensatório mais do que em qualquer outro estado (JOÃO, 2004). Está calcado no critério ligado às unidades de conservação e terras indígenas, possibilita a redução do ICMS ecológico dos municípios cujas unidades de conservação sofram invasões ou outros tipos de agressões (SOUZA; NAKAJIMA; OLIVEIRA, 2011).

Nadir Júnior (2006, p.118) aponta duas características principais do ICMS ecológico em Rondônia, sendo ela: caráter marcadamente compensatório e sistema de cálculo do critério ambiental mais simples dentre todas as legislações estaduais. E destaca uma característica que difere o modelo rondoniense dos demais estados, que é “a redução dos repasses do ICMS ecológico àqueles municípios cujas unidades de conservação sofram invasões ou outros tipos de agressões objetivas”.

No Art. 3º V do Decreto nº 11.908/2005 vem tratando sobre o percentual destinado ao ICMS ecológico, o qual diz “5% (cinco por cento) proporcionais à ocupação territorial dos municípios com unidades de conservação”. Para saber quanto cada município tem direito, será considerada a relação entre a área total das unidades de conservação do município e a área total das unidades de conservação do estado no ano imediatamente anterior ao da apuração dos índices, medido em quilômetros quadrados.

No § 2º do Art. 3º relaciona que “compreendem as unidades de conservação as áreas protegidas e estabelecidas em ecossistemas significativos do território estadual no âmbito administrativo do Governo Federal, Estadual ou Municipal, nas categorias de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque, Monumento Natural, Área de Proteção Ambiental, Reserva Indígena, Reserva Extrativista e outras incluídas em quaisquer categorias de unidades de conservação, criadas por lei ou decreto municipal, estadual ou federal.” Com relação a essas unidades de conservação serão tratadas posteriormente.

Segundo Grieg-Gran (2000) *apud* João (2004, p.100) um estudo econômico revela que no primeiro ano de implantação do ICMS ecológico, 22 municípios tiveram aumento do índice consolidado e 26 tiveram redução nesse índice, ao todo em Rondônia 22 municípios são beneficiados com o ICMS ecológico.

Para receber o ICMS ecológico, as prefeituras de cada município devem cadastrar suas unidades de conservação na Secretaria do Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) até o dia 01 de Março de cada ano, a partir de então a SEDAM irá informar a Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN) e publicar no Diário Oficial do Estado os índices proporcionais a cada município, até a data de 31 de Março de cada ano (Arts. 10 e 11 do Decreto nº 11.908/2005).

O valor que cada município irá receber de ICMS ecológico depende do cálculo do IPM (Índice de Participação dos Municípios) que é calculado para se estabelecer qual o percentual de cada município na parcela da arrecadação de ICMS destinada a eles, e é composto por seis fatores: valor adicionado (75%); número de habitantes (0,05%); extensão territorial do município (0,05%); produção agrícola, pecuária e extensiva do município (5%); ocupação territorial do município com Unidade de Conservação Ambiental (5%); rateado em partes iguais entre os municípios (14%), em hectares, em relação ao município pelo valor total de área de conservação do Estado. O cálculo da área de conservação ambiental é feito da seguinte forma: divide-se o valor total de áreas de conservação multiplica-se por 5% e então obtém-se a participação relativa a conservação ambiental. Criando áreas de conservação o município estará garantindo uma quota da parcela do ICMS ecológico, que como já foi exposto busca incentivar a preservação da biodiversidade amazônica (GOVERNO DO ESTADO DE RO – SEFIN).

2.6 APLICAÇÃO DO RECURSO EM OUTROS ESTADOS/MUNICÍPIOS

Há critérios ambientais com relação ao recebimento do ICMS ecológico, porém não há critérios de como esse recurso deve ser aplicado pelos municípios, ou seja, não há obrigatoriedade que esse recurso seja destinado à conservação ambiental, como exemplo disso tem-se o ICMS ecológico do Estado de São Paulo, onde este recurso pode ser utilizado para pagar dívidas, e até mesmo salvar a folha de pagamento das prefeituras (SOUSA; NAKAJIMA; OLIVEIRA, 2011). O município de Piraquara, localizado na região metropolitana de Curitiba/PR aplica o recurso de ICMS ecológico “na melhoria da qualidade

de seus espaços protegidos, na fiscalização e na educação ambiental”, já o município de Guaraqueçaba investe o recurso na contratação de mais funcionários (LEONARDO; OLIVEIRA, 2007, p. 48).

É importante ressaltar que nenhum estado pode vincular as receitas provenientes da arrecadação de impostos, sendo assim “as receitas repassadas aos municípios não se encontram vinculadas a despesas com programas de preservação ambiental. conforme disposto no art. 167 da CF” (RAMALHO e PASSOS, 2010, p.9).

O que pode ser feito é a legislação prever não apenas aspectos quantitativos, mas também qualitativos para a distribuição do ICMS ecológico, assim o repasse do recurso aos municípios estaria induzindo-os a adotarem medidas de preservação ambiental e de incremento da qualidade de vida, como exemplo tem-se a legislação do Estado do Paraná, que segundo Ramalho e Passos (2010) adota parâmetros qualitativos na distribuição do recurso e o percentual destinado a cada município pode sofrer aumento ou redução de acordo com o esforço empreendido pelo município para a conservação das áreas protegidas que existem em seu território. Ainda conforme Loureiro (2013), quanto mais conservada estiver a área, mais dinheiro entrará no caixa do município, ressaltando a importância do município apoiar e investir na melhoria da conservação seja ela municipal, estadual ou federal.

Quando os estados adotam apenas critérios quantitativos para distribuição do recurso, eles perdem a oportunidade de fazer com que os municípios invistam na qualidade das unidades de conservação, como é o caso de Rondônia que assim “perde a oportunidade de incrementar o processo de regularização, planejamento, implementação e manutenção das unidades de conservação, além da busca, via ICMS ecológico da melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas”. (SOUSA; NAKAJIMA; OLIVEIRA, 2011, p.34).

Porém as legislações mais recentes sobre ICMS ecológico já dispõem que para ter acesso ao recurso os municípios devem ter uma estrutura adequada de gestão ambiental, pois “uma demanda da sociedade que não vê justificativa em que um município receba recursos em função de critérios ambientais e não dê tratamento adequado à gestão ambiental no município”. Adotando aspectos qualitativos para a distribuição do ICMS ecológico, o Estado estará estimulando os municípios a investirem na conservação ambiental e desestimulando a degradação ambiental, em busca da perspectiva de ampliar a participação na distribuição do recurso. (LOUREIRO 2013, p.4).

É importante destacar que para o ICMS ecológico alcançar os objetivos a que é proposto depende da correta gestão do recurso advindo do ICMS ecológico pelo município. “A obtenção de resultados de grande alcance socioambiental com o ICMS ecológico está

condicionada à responsabilidade na gestão da receita obtida pelo município em virtude de suas áreas de proteção” (SOUSA; NAKAJIMA; OLIVEIRA, 2011, p.41).

2.7 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

São espaços territoriais e seus componentes que são criados, definidos e administrados pelo Poder Público, com a finalidade de preservar, defender e melhorar valores naturais e culturais indispensáveis à manutenção dos ecossistemas ou sistemas de sustentação da vida que sejam de interesse das presentes e futuras gerações. É admitida em algumas dessas unidades de conservação a utilização racionalmente limitada de alguns bens integrantes, desde que não comprometa a integridade dos valores protegidos. (CUSTÓDIO, 2005)

Para regulamentar o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC tem-se a Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que em seu art. 2º trata sobre Unidade de conservação, como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder público, com objetivos de conservação e limites definidos”. São criadas pelo poder público, precedidas de estudos técnicos e de consulta pública, devendo ser repassada informações adequadas e de forma que a população compreenda acerca dessas unidades de conservação (art. 22 lei 9.985/2000).

No seu art.7º divide as Unidades de Conservação em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. O objetivo básico da primeira é preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, e o objetivo da segunda é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”.

As unidades de proteção integral são compostas por: estação ecológica; reserva biológica; parque nacional; monumento natural; refúgio de vida silvestre. E as unidades de uso sustentável são compostas por: área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta nacional; reserva extrativista; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural. Segue abaixo o quadro 1 tratando sobre as unidades de proteção integral e o quadro 2 sobre as unidades de uso sustentável, ambos bem trazendo definições e os objetivos dessas unidades de conservação:

Quadro 1: Unidades de proteção integral

Grupo	Categoria	Definição/objetivo
Unidade de proteção integral	Estação ecológica	Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
	Reserva biológica	Tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites.
	Parque nacional	Tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância e beleza cênica.
	Monumento natural	Tem como objetivo preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
	Refúgio de vida silvestre	Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Fonte: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Lei nº 9.985/2000

Conforme quadro 2 pode-se observar que nas unidades de uso sustentável ainda se permite algum tipo de uso ou ocupação humana:

Quadro 2: Unidades de uso sustentável

Grupo	Categoria	Definição/objetivo
Unidades de uso sustentável	Área de proteção ambiental	É uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Área de relevante interesse ecológico	É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional. Tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
	Floresta nacional	Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas. Tem como objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
	Reserva extrativista	Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
	Reserva de fauna	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudo técnico científico sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva de desenvolvimento sustentável	Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Tem como objetivo preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.
	Reserva particular do patrimônio natural	Área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Fonte: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Lei nº 9.985/2000

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi um estudo empírico que teve como objeto a prefeitura municipal de Cacoal/RO. O município surgiu a com implantação do Projeto Integrado de Colonização PIC Ji-Paraná sob ordens do Coronel Rondon. O nome dado pelo Sr. Anízio Serrão veio da grande quantidade de cacau existente na região. Quando iniciou a abertura da BR-364 surgiu a vila Cacoal, por volta da década de 60, o município foi criado pelo art. 47 da lei nº 6.448 de 11 de outubro de 1977, sendo Cacoal hoje a quarta maior cidade de Rondônia. Com população estimada em 2013 de 85.863 habitantes, sua economia está baseada em um misto de agropecuária, indústria e serviços. (IBGE, 2014).

Inicialmente a pesquisa pretendia verificar o conhecimento e aplicação do ICMS ecológico na região do Cone Sul de Rondônia, que abrangia municípios como Pimenta Bueno, Vilhena, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras, Chupinguaia, porém com a realização de algumas entrevistas por meio de conversas informais e telefonemas foi possível perceber que não seria possível a averiguação dessas informações nesses municípios, decorrente disso se optou por um estudo no município de Cacoal/RO.

A coleta de dados foi feita por meio da aplicação de questionário estruturado misto com questões objetivas e discursivas, em órgãos como Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) e o Departamento de Orçamento, a própria prefeitura, e com entrevistas ao prefeito, em outras prefeituras quando para averiguação de possível realização da pesquisa quando no início se pretendia realizar a pesquisa na região do Cone Sul de Rondônia, por meio delas se percebeu que não seria possível a realização da pesquisa nos demais municípios e por isso se optou por um estudo no município de Cacoal. E também documental, através de documentos fornecidos pela própria prefeitura, como balancetes de cota parte do ICMS, PPA (Plano Pluri Anual) e relatórios fornecidos pela SEMMA que trata das políticas públicas do meio ambiente do município.

Abordou aspectos qualitativos e quantitativos, sendo eles a percepção do gestor de Cacoal/RO sobre ICMS ecológico, os recursos advindos de transferência de ICMS do estado para o município com ênfase no ICMS ecológico do período entre 2008 e 2012.

Quanto aos objetivos foi uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória, pois através da pesquisa bibliográfica proporcionou maiores informações acerca do tema abordado, com base em artigos e livros da área. E descritiva, pois apenas efetuou o registro e descreveu os fatos encontrados no município de Cacoal/RO, esse registro ocorreu através da aplicação do questionário e das entrevistas realizadas pela pesquisadora.

4 ANALISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O município de Cacoal auferiu recursos advindos do ICMS ecológico, que segundo Leonardo e Oliveira (2007, p.43) o ICMS ecológico compensa os municípios que tem a impossibilidade de gerar receitas devido à existência de áreas destinadas à unidade de conservação ou proteção ambiental, e é o resultado de uma política ambiental que busca “proporcionar maior investimento e incentivo na preservação do meio ambiente”, a qual em proporção aos demais recursos é considerada uma parcela pequena, porém significativa para algumas atividades que são desenvolvidas pelo município. A princípio o gestor obteve conhecimento acerca do tema em palestras e conferências em Brasília, afirmando que o conhecimento sobre o funcionamento foi o básico.

O município atua de forma direta na gestão ambiental, pois crê que seja de responsabilidade do município agir juntamente com a sociedade na busca de soluções para problemas ambientais existentes na localidade.

A preocupação com a gestão ambiental é uma preocupação também como cidadão do gestor, afirmando ser o ICMS ecológico um incentivador na busca por maior atuação direta desta gestão em aspectos ambientais, segundo o próprio prefeito o ICMS ecológico “incentiva os municípios a preservarem suas unidades de conservação e suas terras indígenas, deixando de vê-las como impedimento ao crescimento econômico do município”. Ainda afirma que o ICMS ecológico não mudou sua percepção sobre a gestão ambiental, apenas incentivou ainda mais na busca por melhorias e soluções a problemas ambientais.

As políticas públicas que o recurso possibilitou ao município realizar são: coleta seletiva, desassoreamento de rios e córregos, saneamento básico, palestras para conscientização da população, artesanato local com material reciclado, cursos, e licenciamentos.

O prefeito ainda acrescenta que atualmente se torna importante para o Estado que mude a legislação pertinente ao ICMS ecológico e que acrescente outros critérios para distribuição do recurso, tal como saneamento básico, afirmando que “só a existência de unidades de conservação e terras indígenas se torna muito vago, a população não sente diretamente os benefícios dessas áreas de proteção, por isso a importância de se acrescentar outros critérios, para beneficiar diretamente a população, tais como saneamento básico, coleta seletiva que, em nosso município foi o pioneiro no estado de Rondônia, implantado desde 2011 que tem como objetivo reduzir o impacto ambiental gerado pela produção de resíduos da nossa cidade, destinando corretamente os materiais para reciclagem, reaproveitamento ou

descarte, isso cria condições de preservação ambiental e reduz os problemas urbanos gerados pelo gerenciamento incorreto do lixo.”

Nesse sentido vai de encontro ao que diz Leonardo e Oliveira (2007, p.43) que o ICMS ecológico é o resultado de uma política pública ambiental que busca “proporcionar maior investimento e incentivo a preservação do meio ambiente”. Com relação aos aspectos beneficiados apontados por Nadir Júnior (2006), o incentivo e à preservação ambiental, ações de saneamento básico são pontos em comum com alguns dos aspectos beneficiados encontrados na pesquisa no município.

Quando perguntado sua opinião sobre ICMS ecológico, o prefeito é claro “na minha gestão sempre tive a preocupação com o meio ambiente, apesar de ter outras prioridades mais urgentes como saúde e educação, mas devemos deixar um meio ambiente de qualidade para nossos filhos e netos, e o ICMS ecológico apenas incentivou ainda mais a vontade de preservar o meio ambiente do município.” Confirmando desta forma o que afirma Ramalho e Passos (2010) quando apontam a finalidade indutiva do ICMS ecológico, quando induz os municípios a formularem e aplicarem programação de conservação ambiental, implantação de unidades de conservação, incentivo ao desenvolvimento sustentável, e outros indicadores sociais.

Segundo informações do responsável pela contabilidade da prefeitura do município, o repasse de ICMS é feito num montante único ao município, não sendo discriminado o valor referente ao ICMS ecológico, mas de acordo com o anexo único da resolução conjunta publicado pela SEFIN/RO pode-se conhecer os índices referentes a cada critério de distribuição, inclusive do ICMS ecológico. É com base nesses anexos que foi feito o cálculo da porcentagem que aplicada ao montante total do ICMS encontra-se o valor do ICMS ecológico, foram utilizados os índices do período entre 2008 e 2012, conforme apresentado na tabela 1:

Tabela 1: Porcentagem aplicada para obtenção do valor do ICMS ecológico

	2008	2009	2010	2011	2012
Percentual total de ICMS repassado	6,10637	5,44796	4,80236	4,44241	4,8615839
Percentual referente a ICMS ecológico	0,05323	0,05324	0,05217	0,05217	0,0515350
% representado pelo ICMS ecológico	0,87171	0,97724	1,08634	1,17436	1,06004

Fonte: Próprio autor.

Pode-se observar que houve um pequeno crescimento nos índices de ICMS ecológico para o município de Cacoal/RO. Abaixo segue tabela 2 com o cálculo da receita de ICMS ecológico obtida através da aplicação do % representado pelo ICMS ecológico aplicado ao valor total de ICMS repassado ao município.

Tabela 2: Cálculo da receita do ICMS ecológico

	2008	2009	2010	2011	2012
ICMS	26.725.516,61	25.989.075,05	27.745.190,86	28.677.461,61	31.708.871,40
% ICMS-E	0,87171	0,97724	1,08634	1,17436	1,06004
Receita ICMS ecológico	232.969,00	253.975,6468	301.407,1064	336.776,6382	336.126,7204

Fonte: Próprio autor.

Abaixo conforme tabela 3 comparando a receita de ICMS ecológico comparada ao recurso total repassado a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Pode-se observar que houve um aumento de 2008 a 2009, entre 2009 e 2010 teve uma redução, e entre 2010 e 2011 se manteve constante, e uma grande redução em 2012. Tudo isso se deve ao aumento de recurso repassado a SEMMA, porém o valor do recurso de ICMS ecológico ele se elevou a cada ano, e teve uma redução com significância de 2011 para 2012.

Tabela 3: Porcentagem de representação da receita de ICMS ecológico com a receita total da SEMMA

	2008	2009	2010	2011	2012
ICMS ecológico	232.969,00	253.975,6468	301.407,1064	336.776,6382	336.126,7204
Repasse a SEMMA	3.226.128,00	2.758.000,00	5.046.000,00	5.644.000,00	12.276.000,00
% de representação	7,22	9,21	5,97	5,97	2,74

Fonte: Próprio autor.

Com relação à aplicação do recurso não há critérios definidos por lei, ficando a critério de cada município a forma como irá aplicar tal recurso. Porém a prefeitura de Cacoal/RO tem a preocupação de repassar integralmente o recurso de ICMS ecológico a projetos e ações relacionadas com o meio ambiente.

Conforme os balancetes dos recursos repassados a SEMMA é possível identificar quanto foi gasto com algumas atividades voltadas ao meio ambiente, abaixo segue tabela 4 com a discriminação de algumas dessas atividades e seus respectivos valores.

Tabela 4: Discriminação de recursos e atividades

	2008	2009	2010	2011	2012
Recurso repassado a SEMMA	3.226.128,00	2.758.000,00	5.046.000,00	5.644.000,00	12.276.000,00
Atend. Serv.limp. pub. Paisag.	1.515.000,00	1.060.000,00	3.524.000,00	3.527.000,00	3.495.000,00
Impl. Cent. Rec. Sep. Res. Sol	5.000,00	5.000,00	100.000,00	70.000,00	50.000,00
Drenagem e canaliz. Córregos	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento para todos	0,00	0,00	0,00	100.000,00	6.520.000,00

Fonte: Próprio autor.

Observando os valores expressos na tabela 4, pode-se ver que os valores investidos nessas atividades somam na maioria dos anos mais de 50% do valor total repassado a SEMMA. São valores significativos, e que integram em si o ICMS ecológico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa finaliza de forma satisfatória, atendendo aos seus objetivos propostos com base nas informações que foram obtidas através da aplicação do questionário e análise dos documentos fornecidos pela prefeitura do município.

Através dos anexos publicados pela SEFIN/RO foram obtidos os índices de distribuição do ICMS, inclusive o índice que corresponde ao ICMS ecológico repassado ao município de Cacoal/RO. Os anexos foram: anexo único da resolução conjunta nº 002/2007, anexo único da resolução conjunta nº 002/2008, anexo único da resolução conjunta nº 002/2009, anexo único da resolução conjunta nº 002/2010 e anexo único da resolução conjunta nº 002/2011, que corresponde ao período de 2008 a 2012.

Com base nesses índices obtidos e com os balancetes fornecidos pela prefeitura, foi possível efetuar o cálculo do valor referente ao ICMS ecológico repassado ao município, o valor repassado pelo Estado ao município de ICMS é feito num montante único, não é segregado pelos critérios de distribuição, portanto foi necessário o cálculo para conhecer o valor de ICMS ecológico. E segundo as informações da prefeitura todo o valor é repassado para projetos voltados ao meio ambiente.

E através da aplicação do questionário foi possível verificar o conhecimento que o gestor do município tem sobre o ICMS ecológico, considerando-se um conhecimento básico sobre o assunto que foi obtido por meio de palestra voltada a prefeitos que ocorreu em Brasília/DF, afirmando que o município iniciou sua participação de forma direta na gestão ambiental porque é responsabilidade também do município agir junto à sociedade para a busca de soluções para os problemas ambientais no município, porque cumpre compromisso de campanha eleitoral apesar de sempre ter sido atividade da prefeitura e o ICMS ecológico é fundamental para essas ações ambientais desenvolvidas pelo município, pois possibilitou a intensificação dessas atividades, o que seria inviável para a prefeitura caso não houvesse o recebimento desse recurso.

O ICMS ecológico é um recurso que incentiva os municípios a preservarem de suas unidades de conservação, para vê-las como algo bom, não como algo que impede o crescimento econômico, em Cacoal/RO o ideal seria ter a destinação de parte do recurso para essas unidades de conservação e terras indígenas, mas conforme exposto não há repasse. Porém, o ICMS ecológico está exercendo no município a sua função de incentivar atividades voltadas ao meio ambiente, o que é positivo.

Sendo um assunto ainda pouco conhecido e explorado na região fica como sugestão de futuras pesquisa a verificação de como é aplicado o recurso nos demais municípios do Estado, como é gerido pelos demais prefeitos, dada a importância deste recurso, tanto para os municípios como para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AYDOS, Elena de Lemos Pinto. **Tributação Ambiental No Brasil: fundamentos e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Sociedade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33953-44734-1-PB.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2013.

BRANCO, Danyelle Karine Santos; SILVA JUNIOR, Luiz Honorato da. **ICMS ecológico como indutor na criação de Unidades de Conservação: Uma análise da política nos Estados do Paraná, Minas Gerais e Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/mesas/IcmsEcologico.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e de outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

CABRAL, Nájila Rejane Alencar Julião et al. **A importância do ICMS ecológico como instrumento de compensação financeira na aplicação do princípio protetor-recebedor**. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/5/1145.pdf> >. Acesso em: 31 jul. 2013.

CASA, Gabriela Mesa; ZANINI, Cristiane; VASCONCELLOS, Rodrigo da Costa. **Os princípios do poluidor pagador e do usuário pagador aplicados à inovação tecnológica**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v.8, Ed. Especial, 2013. Disponível em: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revistadireito/article/view/8273/4989> >. Acesso em 31 jul. 2013.

CAVALCANTE, Denise Lucena. **Tributação Ambiental: por uma remodelação ecológica**

dos Tributos. Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, v.32.2, jul./dez.2012. Disponível em: <<http://mdf.secrel.com.br/dmdocuments/Denise%20Cavalcante.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2013.

COLOMBO, Silvana. **Aspectos conceituais do princípio do poluidor-pagador**. Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande do Sul, v.13, 13 julho a dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/download/2720/1555>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

COSTA, Érika Cristina de Menezes Vieira. **Tributação Ambiental**. Revista Científica Eletrônica de Sistemas de Informação, Garça/FAEG, ano II, número 03, Agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/sistemas03/notas/notatecnica01.pdf>>. Acesso em: 16 Ago. 2013.

CUSTODIO, Helita Barreira. **Direito Ambiental e questões jurídicas relevantes**. Campinas, SP: Millennium Editora, 2005.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro** – 12.ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2011.

FREITAS, Ernani César de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. – Novo Hamburgo. Feevale, 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=110004&search=rondoniacacoallinfograficos:-historico>>. Acesso em 24 Fev. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

GOMES, Eloisa. **A importância da utilização do ICMS ecológico pelos estados**. Disponível em: <<http://www.icmsecológico.org.br/images/artigos/a056.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA – Secretaria de Finanças. **Índice de Participação dos Municípios – IPM**. Disponível em: < <http://www.sefin.ro.gov.br/conteudo.action?id=2512>> Acesso em 15 Ago. 2013.

HEMPEL, Wileia Barbosa. **A importância do ICMS ecológico como instrumento econômico para a sustentabilidade ambiental no Estado do Ceará**. Disponível em: < http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa2/resumos/a_importancia_do_icms_ecologico.pdf >. Acesso em 31 jul. 2013.

_____. **A importância do ICMS ecológico para a sustentabilidade ambiental no Ceará**. Revista Eletrônica do Prodema –Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 97- 113, Jun.2008. Disponível em: < <http://www.revistarede.ufc.br/revista/index.php/rede/article/viewFile/14/13> >. Acesso em 15 Ago. 2013.

HISTÓRICO do ICMS-E no Brasil. **ICMS Ecológico**. Disponível em: <http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=82>. Acesso em 16 Ago. 2013.

JOÃO, Cristina Gerber. **ICMS ecológico um instrumento econômico de apoio à sustentabilidade**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86810/223002.pdf?sequence=1> >. Acesso em 31 jul. 2013.

LEONARDO, Vera Sirlene; OLVEIRA, Aldenir Cruz. **ICMS ecológico: uma iniciativa dos governos estaduais para a preservação ambiental**. Enfoque: Reflexão Contábil, Paraná, v.26, n.2, p.40-56, maio/agosto 2007. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/4820/3622> >. Acesso em 31 jul. 2013.

LOUREIRO, Wilson. **Contribuição do ICMS ecológico à conservação da biodiversidade no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: < http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/seminarios/wilson/contribuicao_do_icms.pdf >. Acesso em 20 Ago. 2013

_____. **ICMS Ecológico** – A consolidação de uma experiência brasileira ao incentivo a conservação da Biodiversidade. Disponível em: < <http://www.icmsecologico.org.br/images/artigos/a012.pdf> >. Acesso em: 31 jul. 2013.

_____. **ICMS ecológico, a oportunidade do financiamento da gestão ambiental municipal no Brasil.** Disponível em: < <http://www.icmsecologico.org.br/images/artigos/a013.pdf> >. Acesso em: 31 jul. 2013.

MARTINEZ, Antonio Lopo; NOSSA, Valcemiro; ROSSI, Aldimar. **ICMS ecológico sob o enfoque da tributação verde como meio da sustentabilidade econômica e ecológica:** experiência do Paraná. Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA, São Paulo, v.5, n.3, p.90-101, set./dez.2011. Disponível em: < http://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/90-101/pdf_29 >. Acesso em 31 jul. 2013.

MURER, Yully Cristiano; OLIVEIRA, Thiago Vieira Mathias de. **O ICMS ecológico e a implementação de políticas públicas no estado de Rondônia.** Revista de Direito Público, Londrina, v.5, n.1, p. 185-216, abr.2010. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/7576/6661> >. Acesso em 31 jul. 2013.

NADIR JÚNIOR, Amery Moisés. **ICMS ecológico:** princípios e estratégias necessárias para uma implementação na coprodução do bem público. Dissertação (Mestrado profissional em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1054>. Acesso em: 16 Ago. 2013.

NASCIMENTO, Vanessa Marcela et al. **ICMS ecológico:** uma análise dos aspectos financeiros e de sustentabilidade nos municípios do Estado do Paraná. XIII SEMEAD Seminários em Administração. Set.2010. Disponível em: < <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/325.pdf> >. Acesso em 31 jul. 2013.

O que são políticas públicas. **Governo do Estado do Paraná - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.** Disponível em: < http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf >. Acesso em 16 Ago. 2013.

SOUSA, Roberto Mediato Cunha de; OLIVEIRA, Edilson Batista de; NAKAJIMA, Nelson Yoshihiro. **ICMS ecológico:** instrumento de gestão ambiental. PERSPECTIVA, Erechim. v.35, n.129, p.27-43, março/2011. Disponível em: < <http://www.slideshare.net/CleberMaxVieiraGasques/artigo-icms-ecologico-nos-estados-brasileiros> >. Acesso em: 16 Ago. 2013.

PASSOS, Rosana Maciel Bittencourt; RAMALHO, Leila Von Söhsten. **A eficácia do ICMS ecológico como instrumento de política ambiental e o dever do estado quanto à sua efetivação.** Disponível em: < <http://www.pge.ba.gov.br/Images/upload/File/Artigos/2010/ROSANA%20MACIEL%20BIT> >

[TENCOURT%20PASSOS%20E%20LEILA%20VON%20S%C3%96HSTEN%20RAMALHO/Leila_von_Sohsten_Ramvalho_e_Rosana_Maciel_Bittencourt_Passos%5B1%5D.pdf](#) >
Acesso em: 31 jul. 2013.

PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSSATO, Marivane Vestena; UHLMANN, Vivian Osmari. **Conhecimento do gestores públicos sobre o instrumento de política pública ICMS ecológico nos municípios da quarta colônia de imigração italiana do RS.** Enfoque: Reflexão Contábil, UEM-Paraná, v.29, n.2, p.83-102, maio/agosto 2010. Disponível em: <
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/11396/6236>>. Acesso em 31 jul.2013.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia** – 4. ed. – São Paulo: Rêspel, 2011.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **O princípio protetor-recebedor para preservar um bem natural.** Revista ECO 21. ed. 78, Maio de 2003. Disponível em: <
<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=495>>. Acesso em 31 jul. 2013.

_____. **O Princípio protetor recebedor.** Disponível em: <
<http://www.portaldomeioambiente.org.br/coluna-mauricioandres-ribeiro/676-o-principio-protetorrecebedor.html>>. Acesso em 23 jul. 2013.

RONDÔNIA. Lei Complementar nº 147, de 15 de Janeiro de 1996. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 115, de 14 de Junho de 1994, e dá outras providências.

RONDÔNIA. Decreto nº 11.908, de 12 de Dezembro de 2005. Alterado pelo Decreto nº 12.041, de 24 de Fevereiro de 2006. Disciplina a coleta de dados, a metodologia de cálculo do valor adicionado e demais fatores de agregação para fins de apuração dos índices de participação dos municípios rondonienses no produto da arrecadação do ICMS.

SILVA, Adriana Brito da; SILVEIRA, Edson damas da. **O Princípio do protetor recebedor e sua potencial aplicação no licenciamento ambiental de indústrias de beneficiamento de resíduos no estado do Amazonas.** Direito Ambiental II [Recurso Eletrônico on-line]/ Organização CONPED/UFF; coordenadores: Maria Lirida Calou de Araújo e Mendonça, Alexandre Coutinho Pagliarini, Sandro Marcelo Kozikoski – Florianópolis: FUNJAB, 2012.p. 469-491. Disponível em: <
<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9529fbba677729d3>>. Acesso em 31 jul. 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO AO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACOAL- RONDÔNIA I - CARACTERIZAÇÃO

1. Formação do gestor municipal (prefeito):

- () Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Completo
() Ensino Médio Incompleto
() Ensino Superior Completo
() Ensino Superior Incompleto

2. Qual a atividade econômica principal do município?

3. Há no Município órgão Executivo de Meio Ambiente? () Sim () Não

4. Se a resposta for “Sim”, assinale a alternativa que equivale a realidade do Município:

- () Tem uma Secretaria exclusiva de Meio Ambiente
() Tem Secretaria de Meio Ambiente conjunta com outras áreas.
() Tem outros tipos de órgãos Municipais de Meio Ambiente. Quais?

() Não sabe informar.

5. Há Conselho Municipal de Meio Ambiente implantado e atuante no Município?

() Sim () Não

6. Há Fundo Municipal de Meio Ambiente no Município?

- () Sim, atuante. () Sim, inativo.
() Não há. () Não sei.

7. Há políticas públicas voltadas para o meio ambiente no município? Se sim, quais são?

8. Este município iniciou sua participação de forma direta na gestão ambiental, por quê?

- () O município cansou-se de apenas esperar pelas ações dos governos estaduais e federal
() é responsabilidade também do município agir junto à sociedade para a busca de soluções para os problemas ambientais no município
() A população local através dos Sindicatos, Associações e outras organizações pressionaram para que houvesse início e que haja incremento da participação no município da gestão ambiental
() A atual administração trabalha com a questão ambiental porque cumpre

compromisso de campanha eleitoral (é interesse do prefeito a preservação ambiental).

() O ICMS ecológico foi e é fundamental nas ações ambientais em desenvolvimento pelo município

() A prefeitura desenvolve ações ambientais porque tem sua economia baseada na utilização dos recursos naturais, daí é necessário conservá-los

() Trabalho com relação ao meio ambiente, de forma direta ou indireta, na verdade sempre foi atividade desta prefeitura.

() outras razões

9. Conhece o instrumento de política pública ICMS ecológico?

() SIM () NÃO

10. Se a resposta for positiva, conhece o funcionamento desse instrumento?

() SIM () NÃO

11. Qual foi a primeira vez que o Sr. Escutou sobre ICMS ecológico? Através de quem obteve conhecimento do assunto?

12. Qual a sua opinião sobre ICMS ecológico? Ele foi benéfico para o município?

13. Os recursos do ICMS ecológico são importantes para a prefeitura?

() SIM () NÃO

14. Os recursos gerados pelo ICMS Ecológico modificaram seu planejamento de governo?

() SIM () NÃO

15. Permitiu a realização de obras que sem eles não seriam possíveis?

() SIM () NÃO

16. Como é a qualidade do relacionamento municipal com os órgãos estaduais que atuam no município (EMATER, IAP, Governo do Estado)?

17. Como era sua atitude em relação às áreas conservadas e como é hoje, depois que os recursos começaram a chegar por conta disto? E a sua opinião pessoal? Há algum tipo de programa para esclarecimento da população sobre as vantagens do ICMS Ecológico para o município?

18. O Sr. acredita que políticas como estas realmente incentivam os municípios a conservar seus recursos naturais? O que o Sr. acha que poderia melhorar nesta lei, para ser cada vez mais interessante para os municípios?

II – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO/SEMMA

19. Em que ano foi criado o órgão ou entidade?
20. Quais são as Unidades de Conservação existentes no Município?
21. Essas unidades de conservação são:
☐ Federais ☐ Estaduais ☐ Municipais
22. As áreas que foram protegidas fazem falta ao município para suas outras atividades econômicas?
☐ SIM ☐ NÃO
23. Como foi o processo de criação das unidades municipais (ou estaduais/federais)?
24. Quem foram os responsáveis pela sua criação?
25. O ICMS Ecológico foi importante para esta decisão?
26. O que determinou a escolha desta área?
27. Quem realizou o zoneamento?
28. Quanto isto custou à Prefeitura?
29. Houve reações contrárias na Câmara Municipal?
30. No processo de criação destas áreas, houve pessoas ou setores da sociedade local que não concordaram com a destinação destas áreas para a conservação?
☐ SIM ☐ NÃO
31. Quem seriam (produtores, etc)? Houve a necessidade de desapropriar alguma área?
32. A Prefeitura tem estimulado a criação de RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) e/ou APA (Área de Proteção Ambiental) no município?
☐ SIM ☐ NÃO
33. Quais atividades abaixo relacionadas são desenvolvidas atualmente de forma direta pelo órgão ou entidade municipal de gestão ambiental?
☐ Apoio de produção de agricultura orgânica
☐ Trabalho de extensão rural e assistência em reflorestamento
☐ promoção de atividades de educação ambiental
☐ coordenação do planejamento municipal de Meio ambiente
☐ gerenciamento do problema do lixo urbano
☐ conservação de parques, reservas e jardins e outras áreas especialmente protegidas
☐ incentivo à atividade de conservação de solos
☐ realização de atividades de fiscalização ambiental
☐ trabalhos ambientais em projetos de assentamento rural
☐ produção, distribuição e incentivo ao plantio de mudas florestais
☐ apoio às solicitações das ONGs ou Ministério Público
☐ campanhas de preservação do meio ambiente
☐ arborização de ruas e praças
☐ apoio à construção de tanques e à piscicultura
☐ outras atividades.
34. Abaixo estão listados os principais objetivos na gestão de Unidades de Conservação. Assinale aqueles que dizem respeito aos “objetivos” das unidades de conservação do Município:
☐ investigação científica;
☐ preservação das espécies e da diversidade genética;
☐ manutenção dos serviços ambientais;
☐ proteção de características naturais e culturais específicas;
☐ turismo e recreação;
☐ educação;
☐ utilização sustentável dos recursos derivados de ecossistemas naturais; e
☐ manutenção dos atributos culturais tradicionais.
☐ Outros
35. Há controle ou monitoramento da(s) Unidade (s) de Conservação existentes no Município?
☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei.
36. Se a resposta foi “Sim”, quem realiza, como e qual a frequência? Há planejamento de controle e monitoramento formal?

37. Há políticas públicas voltadas para as Unidades de Conservação? Quais?
38. Em sua opinião, quais os benefícios para o Município resultantes da existência de Unidades de Conservação?

III – ICMS ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO

39. O Município recebe recursos resultantes da existência dessas Unidades de Conservação?
() SIM () NÃO
40. Caso a resposta seja positiva, que recursos são esses e quais as fontes?
41. Quando começaram a ser recebidos os recursos advindos do ICMS ecológico? A prefeitura recebe alguma coisa por conta dos outros critérios da Lei (saúde, agricultura, educação)?
42. Quanto ele representa em relação à receita total do município? E em relação ao repasse total do ICMS?
43. Como vêm sendo utilizados os recursos advindos do ICMS ecológico? Qual a legislação pertinente a gestão e aplicação do recurso? Têm sido destinados a que tipo de despesas? Tem havido algum compromisso formal para gastar recursos em finalidades específicas?
44. Como é realizada a gestão dos recursos voltados ao Meio Ambiente no Município? Há legislação que regulamente essa gestão, indicando os procedimentos? Qual a legislação pertinente? Onde e como obter maiores detalhes sobre esses procedimentos de gestão de recursos voltados ao Meio Ambiente (se estes existirem)?
45. Há alguma preocupação de retorno para fins ambientais ou tem sido usado para as diversas políticas municipais (saúde, educação, habitação)? Quais finalidades de despesa foram possibilitadas pelos recursos do ICMS ecológico que não foram possíveis anteriormente?
46. Houve alguma participação da sociedade local na destinação destes novos recursos?
() SIM () NÃO

47. A população tem percebido os benefícios gerados por estes recursos?
() SIM () NÃO
48. Até que ponto este estímulo se deve ao incentivo criado pelo ICMS Ecológico? Informar como foram as negociações com os proprietários nessas áreas, se for o caso.
49. A Prefeitura/Órgão responsável tomou alguma ação para garantir o aumento no recebimento do ICMS por conta de outro critério presente no programa (saneamento, educação, área agrícola, etc.)? Qual a ação tomada?